

série
FUNDAMENTOS

- 1 **Na sala de aula:
caderno de análise
literária**
Antonio Candido
- 2 **Novas lições de análise
sintática**
Adriano da Gama Kury
- 3 **Tempos da literatura
brasileira**
Benjamim Abdala Junior
& Samira Youssef
Campedelli
- 4 **No reino da fala**
Eleonora Motta Maia
- 5 **Literatura infantil
brasileira:
história & histórias**
Marisa Lajolo &
Regina Zilberman
- 6 **Iniciação ao teatro**
Sábato Magaldi
- 7 **Estórias africanas:
história & antologia**
Maria Aparecida Santilli
- 8 **Reflexões sobre a arte**
Alfredo Bosi
- 9 **No mundo da escrita
— uma perspectiva
psicolinguística**
Mary A. Kato
- 10 **Linguagem e escola —
uma perspectiva social**
Magda Soares
- 11 **Psicologia diferencial**
Dante Moreira Leite
- 12 **Morfossintaxe**
Flávia de Barros Carone
- 13 **Literaturas Africanas
de expressão
portuguesa**
Manuel Ferreira
- 14 **Romance hispano-
-americano**
Bella Jozef



F SÉRIE S
FUNDAMENTOS

Qua
1946

Eleonora Motta Maia

Professora do Depto. de Lingüística da Unicamp
Doutora em Lingüística pela Brown University

NO REINO DA FALA

A linguagem e seus sons

2.^a edição



Direção
Benjamin Abdala Junior
Samira Youssef Campedelli

Preparação de texto
Sueli Campopiano

ARTE

**Projeto gráfico (miolo)
e diagramação**
Antônio do Amaral Rocha

Arte-final
René Etienne Ardanuy
Joseval de Souza Fernandes

Capa
Ary Almeida Normanha

Agradecimentos:
Ao Conselho de Ensino e Pesquisa da
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento
Científico e Tecnológico (CNPq).
Ao Laboratório de Fônica da UNICAMP.

ISBN 85 08 00712 4

1986

Todos os direitos reservados
Editora Ática S.A. — Rua Barão de Iguape, 110
Tel.: (PABX) 278-9322 — Caixa Postal 8656
End. Telegráfico "Bomlivro" — São Paulo

Sumário

Índice de figuras	4
1. Descobrimo a fala	5
Roteiro bibliográfico	13
2. Explorando intuitivamente os sons do português	14
Roteiro bibliográfico	23
3. Entre o físico e o psicológico	24
Roteiro bibliográfico	31
4. Incursões pelo terreno do físico	32
Roteiro bibliográfico	51
5. Revivendo um velho dilema	52
Roteiro bibliográfico	70
6. A fala e a linguagem	71
Roteiro bibliográfico	82
7. A forma e o uso	83
Roteiro bibliográfico	90
8. O teórico e o empírico	91
Roteiro bibliográfico	100
9. O estático e o dinâmico	101
Roteiro bibliográfico	109
10. Olhando para o futuro	110
Roteiro bibliográfico	115
Vocabulário crítico	116
Bibliografia	127

Índice de figuras

Figura 1	—	Posição da língua	29
Figura 2	—	Ciclo de produção da voz	35
Figura 3	—	Exemplo de senóide	39
Figura 4	—	Área da audição humana	41
Figura 5	—	Produção do movimento harmônico	42
Figura 6	—	Soma de senóides	43
Figura 7	—	Espectro glotal de voz de F_0 de 120 Hz	45
Figura 8	—	Exemplo de propagação de onda em tubo uniforme	47
Figura 9	—	Espectros típicos das vogais [i], [a], [u]	48
Figura 10	—	Espectrograma de banda estreita do enunciado [taí]	49
Figura 11	—	Espectrograma de banda larga do enunciado [taí]	50
Figura 12	—	Alfabeto Fonético Internacional	54
Figura 13	—	Movimentos dos formantes na transição entre vogais e semivogais: "paus" versus "pais"	57
Figura 14	—	Espectrograma de banda larga do enunciado "Na mala amarela"	57
Figura 15	—	O quadrilátero vocálico a partir de medidas articulatórias e acústicas	61
Figura 16	—	Principais diferenciações vocálicas e consonantais segundo o sistema de Jakobson, Fant e Halle	64
Figura 17	—	Distinções entre as grandes classes segundo o sistema de Chomsky e Halle	68
Figura 18	—	Espectrogramas de banda estreita dos enunciados "O Brasil é o país do futuro" e "O Brasil era o país do futuro"	79
Figura 19	—	Espectrogramas de banda larga dos enunciados "O Brasil é o país do futuro" e "O Brasil era o país do futuro"	81

1

Descobrimo a fala

Você já pensou num mundo sem linguagem? Provavelmente não. Pois tente fazê-lo agora e verá que tudo que consegue é imaginar formas alternativas de linguagem, tal é a sua importância na vida humana. Considere qualquer atividade conjunta numa sociedade simples, como trocar as aves que você caçou pelos frutos que o vizinho colheu. É possível exercê-la sem linguagem? Você dirá sim se por linguagem entende apenas a fala e a escrita. Mas dirá não se por linguagem entende qualquer forma de comunicação.

Tentar imaginar a vida humana sem linguagem não é um exercício ocioso. Através dele aprendemos que por linguagem podemos entender muitas coisas e que costumamos privilegiar algumas delas no uso cotidiano do termo. Por que fazemos isso? Preferência arbitrária? Intuição? Fidelidade ao senso comum? Convém nos perscrutarmos um pouco em busca de uma resposta.

O elo comum entre os que disseram sim e os que disseram não à pergunta com que iniciamos este capítulo é uma crença na importância da comunicação para a vida social. As divergências surgem quando se indaga até que ponto comunicação e linguagem são a mesma coisa. Afirmá-lo é salientar as semelhanças entre as várias formas de comunicação. Negá-lo é salientar as suas diferenças. Mas seria esta, como parecem pretender os nossos julgamentos, uma questão de tudo ou nada?

Se você admite que a troca mencionada acima pode ser realizada através de um rito e chama isso de linguagem, o seu critério de classificação é o da eficácia: tudo que tem o mesmo efeito deve, de alguma forma, ser considerado o mesmo. Se você, embora admitindo a possibilidade de o rito substituir a fala, recusa-se a chamá-lo de linguagem, o seu critério de classificação é o da estrutura: só deve ser considerado o mesmo aquilo que tiver componentes semelhantes analogamente relacionados entre si. Nesse caso, é porque não há nada no rito que se assemelhe obviamente às palavras e às frases que você decide separá-lo da fala e da escrita.

Em ambos os casos, você tem razão, só que a sua concepção de linguagem não é a única possível. A prova disso é que as duas perspectivas convivem lado a lado, tanto no senso comum como na ciência. Quando usamos casualmente expressões tais como a "linguagem gestual", estamos aderindo à primeira. Já quando dizemos que a linguagem é o que distingue o homem dos outros animais, estamos aderindo à segunda. Analogamente, quando definimos o nosso objeto de curiosidade científica como tudo que pode funcionar como uma linguagem, estamos fazendo SEMIÓTICA, a ciência dos SIGNOS, isto é, daquilo que significa ou, dito de outra forma, aponta para outra coisa. Já quando restringimos tal curiosidade à linguagem falada ou escrita, estamos fazendo LINGÜÍSTICA, a ciência da linguagem em sentido estreito.

Se você é fascinado(a) pela linguagem, é certo que tanto a Semiótica como a Lingüística despertarão a sua curiosidade. Abraçar seriamente uma delas é uma decisão que exige muita reflexão e cuidado, pois depende de opção, talento e oportunidade. Opção porque você pode preferir exercitar tal tascínio sendo escritor, crítico literário, filósofo, gramático, filólogo, professor de línguas, fonoaudiólogo, etc. Talento porque você pode não ter nenhuma inclinação particular para pensar a linguagem pelo prisma dissecador, analítico que caracteriza a reflexão científica. Oportunidade porque, em muitos pontos do Brasil e do mundo, mesmo o mais talentoso dos analistas intuitivos da linguagem pode não chegar jamais a ouvir falar em Semiótica ou Lingüística.

De qualquer maneira, seja qual for a sua inclinação e experiência, se a linguagem excita a sua imaginação, nunca será demais descobrir umã fatia, por menor que seja, desse enorme terreno que é a sua investigação científica. Muitas ciências interessam-se direta ou indiretamente pela linguagem, algumas compartilhando da visão ampla da Semiótica, outras compartilhando da visão estrita da Lingüística. Ao leigo, são geralmente as visões amplas que mais fascinam. Entretanto,

se ele tiver entusiasmo e paciência, as visões estritas lhe poderão oferecer uma infinidade insuspeitada de descobertas.

Pense, por exemplo, no que significaria tomar a fala como ponto de partida para a investigação da linguagem. Se o fazemos arbitrariamente, por crermos que a fala é especial por natureza, corremos o risco de perder de vista outros aspectos da linguagem, truncando a nossa compreensão da sua totalidade. Porém, se o fazemos por uma questão de método, isto é, por crermos que compreender bem uma parte é um bom caminho para chegar ao todo, então podemos mergulhar a fundo na nossa curiosidade sobre a fala, sem temer que a linguagem se turve ou desapareça.

Mas, mesmo admitindo que um mergulho desses possa ser proveitoso, por que escolher a fala como o seu lugar? Não se trata aqui de simples preferência. Há importantes questões de método que nos levam a crer que a fala é a porta de acesso mais fácil ao estudo da linguagem. Tais questões já se prenunciam, embora de forma distorcida, na tendência do leigo a identificar intuitivamente fala com linguagem.

Se uma linguagem é uma atividade que significa, isto é, aponta para outras atividades, esse apontar pode fazer-se com maior ou menor exatidão. Em outras palavras, a correspondência entre a atividade apontante e a atividade apontada pode ser mais ou menos clara. Por exemplo, numa linguagem artificial como as de computador, ela é claríssima: perfurar o cartão de uma certa maneira leva sempre a máquina a executar as mesmas operações. Em contrapartida, nas linguagens artísticas, ela é extremamente vaga e obscura: uma mesma música ou quadro pode, ao mesmo tempo, levar à ação e à contemplação ou, ainda, inspirar emoções velhas ou novas, intensas ou suaves, agradáveis ou desagradáveis. Entre os extremos da computação e da arte, estão as chamadas línguas naturais, isto é, aquelas que, como o português, o inglês, o chinês ou o banto, se apresentam inicialmente, no indivíduo ou na sociedade, sob forma falada. Talvez a característica mais marcante das línguas naturais seja justamente a elasticidade das suas significações: uma frase como "é proibido fumar" tem uma interpretação bem específica num quarto de hospital e outra, bem aberta, num poema concreto.

O que faz as línguas naturais tão elásticas a ponto de nos permitir, ao mesmo tempo, escrever poemas e pensar noções matemáticas? Já foi dito que é a história do seu uso, isto é, uma vez tendo-as usado eficazmente para certos fins, o homem teria tendido a aplicá-las indefinidamente a novas situações, o que as teria tornado cada vez mais flexíveis. Já foi dito também que é a sua estrutura, isto é, dadas

certas propriedades das línguas naturais, tais como a segmentabilidade (isto é, a capacidade de desdobrar-se em unidades, tais como palavras, sons etc.) e a combinabilidade (isto é, a capacidade de combinar as unidades de maneiras variadas), multiplicar os seus usos seria extremamente simples. Talvez a verdade esteja entre essas duas posições, pois não é impossível, para um objeto complexo e antigo como a linguagem natural, que história e estrutura se tenham influenciado mutuamente desde o início.

Se as considerarmos tanto do ponto de vista histórico como do ponto de vista estrutural, veremos que não é surpresa que as línguas naturais sejam principalmente faladas. (É preciso dizer "principalmente" porque há línguas naturais gesticuladas, a saber, as línguas manuais dos surdos, que, conforme foi constatado por pesquisas recentes, podem desempenhar quase todas as funções de uma língua falada.) Uma razão histórica para o primado da fala é que, visto ser o homem um animal que trabalha, é vantajoso utilizar a audição para a comunicação, deixando os demais sentidos livres para exercerem outras atividades, que podem ou não ter funções comunicativas. Uma razão estrutural para o primado da fala é que, por ser produzida através das vias respiratórias, ela tem articulações naturais, o que a torna segmentável, combinável e, portanto, capaz de veicular muitas mensagens com poucos recursos. Suponha, por exemplo, que "pa" signifique "carneiro" numa língua hipotética. Como essa palavra se divide em duas porções ARTICULATÓRIA e acusticamente distintas, a saber, o *p* e o *a*, não é impossível que na mesma língua haja a palavra "ap", que combina as mesmas unidades para dizer outra coisa (digamos, "pão").

O que isso tem a ver com a elasticidade significativa das línguas naturais é que a dependência do canal auditivo dificulta usos muito precisos e convencionais da fala, enquanto a segmentabilidade e combinabilidade os facilitam. Se, por um lado, é difícil atentar rigorosamente para uma seqüência de sinais que se dissipa no tempo, por outro, é fácil estabelecer limites entre os sinais da fala e considerá-los em separado (assim como em conjunto). Você já pensou como é difícil estabelecer convenções sobre objetos sem limites precisos? Pois a fala, embora não tenha limites tão precisos assim, presta-se a ser tratada como se os tivesse.

Considere, por exemplo, as palavras. Na fala corrente, elas não têm nenhuma separação articulatória ou acústica óbvia. Entretanto é sempre possível inseri-las entre duas pausas para concretizar essa separação, ou exagerar os seus acentos para insinuá-la. O mesmo se pode dizer das sílabas: a pronúncia silabada e superarticulada não é comum, mas não deixa de existir em certas ocasiões. E o mesmo,

embora com maiores ressalvas, se poderia dizer ainda daquelas unidades menores que, tais como o *p* e o *a*, são chamadas SEGMENTOS: tornando o seu *p* mais forte e explosivo, você conseguirá separá-lo do *a*, ainda que a seqüência soe um pouco artificial.

Sendo elas mesmas recortáveis e podendo, além disso, ser decompostas em unidades também nitidamente recortáveis (isto é, os segmentos), não é de admirar que as palavras possam, às vezes, ser tomadas como os signos mais precisos de uma linguagem artificial. Palavras não são só rótulos, mas podem sê-lo se assim convencionarmos. Por outro lado, os seus recortes auditivos, uma vez conhecidos, não necessitam ter manifestações físicas claras, permitindo que elas fluam na fala com extraordinária rapidez e economia de esforço. Isso, por sua vez, compromete a precisão, embora raramente afete a eficiência. Tem-se, assim, nas línguas naturais, uma permanente e produtiva tensão entre a vagueza e a clareza.

Se essa tensão é uma das características mais marcantes das línguas naturais e se ela é, pelo menos em parte, determinada por aquilo que chamamos segmentabilidade ou recortabilidade, então a fala encerra uma chave importantíssima para o estudo da linguagem natural, porque é na e pela fala que tal propriedade se manifesta. Além disso, a elasticidade funcional da primeira deve-se, parcialmente ao menos, à elasticidade estrutural da segunda: é a possibilidade de se introduzirem variações no nível do segmento, da palavra etc. que permite que um mesmo ENUNCIADO seja pronunciado de diferentes maneiras, podendo, portanto, assumir diferentes funções. O que é, então, a fala, essa forma de realização histórica e estruturalmente privilegiada da linguagem natural? Para responder a essa pergunta, muitas ciências têm somado os seus esforços, pois, apesar de ser apenas uma faceta da linguagem, a fala é, ela mesma, um objeto multifacetado.

Considere, por exemplo, como um simples enunciado de uma palavra tal como "aqui" pode multiplicar-se numa infinidade de versões fisicamente diferentes. Ele soará diferente se é uma resposta, uma asserção, uma exclamação, uma advertência, um lamento, uma admoestação etc. Além disso, cada uma dessas interpretações soará diferente conforme o CONTEXTO lingüístico e situacional em que está inserida: uma resposta a uma pergunta não é o mesmo que uma resposta a uma acusação, assim como uma resposta a um colega ou amigo não é o mesmo que uma resposta a um superior. Mas isso ainda não é tudo: mesmo que todas as demais condições se mantenham constantes, a pronúncia de qualquer enunciado poderá variar

também com a procedência regional e social do falante, com as suas características individuais e até com as suas disposições momentâneas.

O que significa, então, dizer que dois enunciados falados são idênticos? A resposta aqui, como em muitos outros campos do saber, depende do ponto de vista adotado. Representando alguns dos pontos de vista possíveis no caso em estudo, encontramos disciplinas científicas inteiras.

Começemos pela identidade física. Você sabia que, por maior que seja a semelhança auditiva entre dois enunciados, as medidas físicas utilizáveis na sua descrição dificilmente atingem valores idênticos? A razão disso é que as condições exatas de produção de um enunciado nunca se repetem. Há, no máximo, aproximações — nunca identidades. Assim, mesmo o físico tem de estabelecer critérios de classificação para dizer que o som que produzo agora é o mesmo que produzi há pouco. Isso, incidentalmente, vale também para outros fenômenos acústicos que não a fala.

Por outro lado, nenhum outro fenômeno acústico está tão sujeito a ilusões psicológicas como a fala. Se você, por exemplo, substituir experimentalmente o *m* de “Eu te amo” por um silêncio, surpreender-se-á de constatar que permanece ouvindo a “mesma” frase e que continua a fazê-lo mesmo se remover ainda uma boa parte de cada uma das vogais adjacentes. É que o seu reconhecimento dessa frase não se baseia na contribuição linear de cada segmento e sim na configuração acústica do todo, que é bastante conhecida. Vê-se, assim, que a identidade psicológica pode se distanciar bastante da identidade física: um silêncio pode substituir um *m*, um *s*, um *v* etc., sem que o enunciado seja percebido como alterado, desde que o ouvinte disponha de outras pistas (por exemplo, a familiaridade com o todo) para reconstituí-lo.

Combinar critérios físicos e psicológicos para determinar as identidades que lhe interessam é o que faz a FONÉTICA, a ciência da fala em sentido estrito. A Fonética estuda os sons que, dentre aqueles que o aparelho vocal humano pode produzir, são passíveis de ser usados na comunicação lingüística. Isso, ao que se sabe pelo estudo das línguas conhecidas, exclui coisas tais como tosses, beijos e arrotos, mas inclui uma vasta gama de sons cuja principal característica é a variabilidade estruturada. Já sabemos que, tanto na fala como no mundo, nenhum som é exatamente idêntico a outro. Entretanto isso não impede que sons fisicamente semelhantes se agrupem em classes que podem servir como base para uma identidade psicológica. Por exemplo, embora você não o perceba, o *p* de “pá” e o *p* de “pé” são fisicamente diferentes, porque os movimentos dos ARTICULADORES na

passagem da consoante à vogal são muito diferentes. Tal diferença, porém, não é foneticamente relevante, pois, na medida em que é praticamente inaudível, torna-se improvável que qualquer língua a escolha para desempenhar funções comunicativas.

A fala se torna ainda mais interessante quando se nota que nem todas as diferenças fonéticas — isto é, aquelas que são suficientemente óbvias para serem usadas comunicativamente pelas línguas naturais — são igualmente exploradas para fins de comunicação nas línguas conhecidas. Combinar critérios comunicativos de identidade aos critérios físicos e psicológicos da Fonética é tarefa da Fonologia, a ciência das facetas comunicativas da fala. A Fonologia erige-se sobre o fato de que uma mesma diferença fonética pode desempenhar papéis muito diferentes em línguas diferentes. Por exemplo, em português a ocorrência de um som inicial chiado e outro sem chio em palavras tais como “tia” distingue DIALETOS, mas não palavras, isto é, ela diz se sou carioca ou gaúcha, mas não diferencia entre coisas de que eu possa estar falando. Diga eu “tia” com ou sem chio, estarei falando da mesma pessoa. Já em inglês, a mesma diferença distingue palavras que designam coisas diferentes, tais como *tin*, “lata”, e *chin*, “queixo”. É esse tipo de relação entre a forma fonética e a função comunicativa de um enunciado que interessa à FONOLOGIA. Para essa disciplina, *dois sons foneticamente distintos podem ser considerados o mesmo numa língua se nela desempenham a mesma função comunicativa*. Assim, do ponto de vista da função de diferenciar palavras, os *tt* chiado e sem chio não são distintos em português.

Isso deve ter basfado para você se dar conta de que “falar a mesma coisa” não é uma noção simples. Reflita um pouco mais agora e constate que o mesmo se pode dizer da noção de “fazer a mesma coisa”, que é o que está em jogo sempre que tentamos descrever o comportamento humano. Se repito uma ação tal como coçar a cabeça em duas ocasiões diferentes, estou, de fato, fazendo a mesma coisa de um ponto de vista, mas não necessariamente de outro. É possível, por exemplo, que num caso eu esteja simplesmente respondendo a uma sensação de coceira, enquanto noutro eu esteja querendo expressar um estado de preocupação. A ciência que procura determinar até que ponto estamos fazendo a mesma coisa quando repetimos um comportamento é a Psicologia, uma das mais difíceis e controversas ciências humanas. Se você admite que a fala é um tipo de comportamento, não lhe será difícil entender por que até hoje as ciências da fala têm apresentado uma problemática tão semelhante à da Psicologia.

Pense na ilusão psicológica a que nos referimos acima. Se dois objetos fisicamente tão diferentes quanto um silêncio e um *m* podem ser confundidos sob certas condições e chamamos a isso *uma identidade psicológica*, então o critério para a determinação dessa última não está no mundo e sim no indivíduo: o que está em questão é o que ele faz com os objetos e não os objetos em si mesmos. Mas o que faz, de fato, o indivíduo quando trata como o mesmo dois objetos diferentes? Estaria ele respondendo a condições de semelhança do próprio mundo? Ou estaria apenas externando semelhanças que vêm de dentro de si mesmo?

A *Psicologia*, desde os seus primórdios, vem oscilando entre definir o comportamento como uma reação ao ambiente mediada pelos sentidos e defini-lo como uma expressão da organização mental do próprio indivíduo. Isso nada mais é do que uma nova versão do velho debate entre *EMPIRISMO* e *RACIONALISMO*, as duas posições mais tradicionais da *TEORIA DO CONHECIMENTO*, que disputam se o conhecimento emana da experiência (daí o nome empirismo) ou da razão (daí o nome racionalismo). Historicamente, as ciências da linguagem e da fala têm-se alinhado com a *Psicologia* nesse tipo de flutuação: a uma maré racionalista costuma seguir-se uma maré empirista, que, por sua vez, provoca uma reação racionalista, e assim por diante.

As relações entre a *Psicologia* e as ciências lingüísticas não têm, entretanto, sido unilaterais. No momento, por exemplo, estamos vivendo um *clima fortemente racionalista em todas essas disciplinas*, e as idéias que o impulsionaram tiveram origem na *Lingüística*. Tudo começou em 1959, com um ousado ataque do então jovem lingüista Noam *Chomsky* à escola psicológica mais influente da época, o chamado *BEHAVIORISMO*. O behaviorismo vê o indivíduo como um receptor passivo de estímulos, que aprende por imitação e repetição — uma forma de empirismo tão radical quanto simplista. A isso *Chomsky* respondeu com a demonstração de que a sintaxe das línguas naturais é tão complexa e ambígua que seria impossível aprendê-la sem uma inteligência ativa capaz de discernir entre as várias interpretações possíveis de uma mesma sentença.

O argumento de *Chomsky* pode ser resumido como se segue. Se saber uma língua — como queriam os behavioristas — se resume a conhecer cadeias de associação de palavras, seria difícil explicar que possamos distinguir ao menos dois sentidos para expressões como “a matança dos soldados”, onde “os soldados” podem ser vistos tanto como matadores quanto como vítimas. A idéia é a de que as relações superficiais entre as palavras — que constituem a base empírica das associações — são idênticas na primeira e na segunda

leitura, não podendo, portanto, explicar a diferença entre elas. A originalidade e a veemência da argumentação de *Chomsky* acabaram por deslanchar uma revivescência do racionalismo que rapidamente se espalhou da *Lingüística* para todas as ciências humanas.

Você está penetrando no fascinante universo do estudo da linguagem e da fala num momento difícil, porém promissor, pois é agora que a poeira levantada pela chamada revolução chomskyana está começando a se assentar. Isso — não é excitante? — faz você aterrissar bem no meio de uma *controvérsia*, que pode ser resumida aproximadamente como se segue. Ainda que *Chomsky* tenha argumentos muito fortes contra a *Psicologia* e a *Lingüística* empiristas dos seus predecessores, a sua defesa de uma alternativa fortemente racionalista também deixa muita gente insatisfeita. A questão que se coloca é, portanto: *haveria uma terceira via entre o racionalismo e o empirismo*, que permitisse pensar a *linguagem* não como um reflexo do meio ou do indivíduo, mas como *algo que se constitui na relação dos dois?*

Não se intimide ante a aparente solenidade da questão. No mundo do saber, os maiores progressos se fazem quando *Davis* como você enfrentam os *Golias* das grandes e recorrentes questões. Além disso, ninguém espera que você o faça sem conhecer, pelo menos em parte, o legado dos que nos antecederam na difícil empresa de dissecar as entranhas da fala e da linguagem.

Pois, se este e outros desafios encontrados aqui fazem vibrar alguma corda dentro de você, saiba que está convidado(a) a empreender uma longa viagem pelo intrigante universo do estudo da fala, que incluirá não só reconhecer caminhos já explorados como também descobrir os seus próprios caminhos.

Como bagagem, traga apenas curiosidade, inteligência, intuição e ousadia. E de mim, que serei seu guia, não espere senão pistas — e nelas não se fie tanto, pois o que ora nos separa é obra das circunstâncias: já estar eu percorrendo estas paragens há um pouco mais de tempo.

Roteiro bibliográfico

Para uma introdução às idéias de *Chomsky*, ver a acessível, porém pouco atualizada, introdução de *John Lyons* (1970). Ver também a apreciação didática, porém altamente crítica, da obra de *Chomsky* até 1965, que faz o filósofo *John Searle* (1973). Finalmente, para atualizar as informações sobre o autor, ver *Smith e Wilson* (1979).

Para uma idéia das repercussões do pensamento de *Chomsky* na *Psicologia*, ver *Maia* (1975) e *Slobin* (1980).

2

Explorando intuitivamente os sons do português

Se alguém lhe perguntasse quantos sons distintos tem o português, você não saberia responder de antemão, mas certamente não seria incapaz de procurar uma resposta. Como falante da nossa língua, você tem intuições claras sobre como ela segmenta o fluxo da fala. Em outras palavras, o que você percebe ao ouvir português não é um contínuo, mas uma cadeia de sons discretos, que, como já vimos, denominam-se segmentos. Simbolizando cada segmento por um sinal gráfico e transcrevendo assim um grande número de palavras, você poderia empreender um levantamento para buscar uma resposta àquela inusitada pergunta.

Consideremos primeiro o problema de inventar sinais gráficos para designar segmentos que o seu ouvido distingue. Em muitos casos, o alfabeto comum poderia ser aproveitado, já que o princípio alfabético consiste justamente em representar segmentos por letras. Já em outros haveria necessidade de propor símbolos especiais, pois a nossa ortografia não só usa a mesma letra para representar segmentos distintos como também usa letras distintas para representar o mesmo segmento.

Estão inequivocamente no primeiro caso os símbolos consonantais *c*, *s*, *x* e *r*, os dígrafos *qu* e *gu* e os cinco símbolos vocálicos.

Suponhamos agora que você tenha decidido acabar com essas ambigüidades atribuindo um símbolo a cada segmento representado

por aquelas letras. Para distinguir os segmentos iniciais de “céu” e “casa” você poderia adotar, respectivamente, *s* e *k*. O *s* permaneceria representando o segmento inicial de “sapo”, mas seria substituído por *z* sempre que soasse como em “casa”. O *x*, por sua vez, desapareceria do alfabeto e seria substituído por *s* em palavras tais como “máximo” e “texto”, por *z* em palavras tais como “exame”, e pelo símbolo especial *f* em palavras tais como “xadrez”. Já o *r* permaneceria representando o segmento medial de “caro”, mas seria substituído por *R* no segmento medial de “carro” e no segmento inicial de “rua”. (Esta é uma generalização foneticamente inacurada, que será corrigida no capítulo 5.)

Outra letra que poderia desaparecer do alfabeto sem nenhum prejuízo é o *q*. Em lugar do *qu* de “quente”, você poderia usar *k*, como em “casa”. No lugar do *qu* de “quando”, você poderia usar *k* mais uma vogal, pois há aqui uma seqüência de segmentos, um idêntico aos de “casa” e “quente” e outro com um som intermediário entre as vogais *u* e *o*. Para esse último, seria interessante adotar a letra grega ω — ômega — que designava um som semelhante no grego antigo. Já o *g* permaneceria no alfabeto, pois você precisa dele para representar os segmentos iniciais de “gato” e “guerra”. Por sua vez, o *gu* de “guaco”, à semelhança do *k* de “quando”, deveria ser transcrito $g\omega$, pois aí também ocorre a vogal intermediária mencionada há pouco. Somente em palavras tais como “gente” e “giro”, o *g* desapareceria, dando lugar ao símbolo especial ζ .

Note que os símbolos especiais *f* e ζ (respectivamente, de “xadrez” e “gente”) ainda poderiam ter uma outra utilidade. Nos dialetos em que o *t* e o *d* têm uma pronúncia “chiada” antes de *i*, você poderia usar *tʃ* e *dʒ*, respectivamente, para distingui-los do *t* e do *d* comuns.

O caso das vogais é um pouco mais complicado. Em português, há diferenças fonéticas bastante claras entre vogais tônicas e átonas, tais como o primeiro e o segundo *a* de “casa”. Se você decidir representar o primeiro por “a”, terá de achar um outro símbolo para o segundo. Digamos que esse seja *v*, isto é, um “a” invertido.

Um número ainda maior de segmentos é englobado pela letra *e*. Ao lado da vogal inicial do pronome “ele”, tem-se a do nome da letra *l*. Como a primeira é mais freqüente, você poderia reservar a letra *e* para ela e adotar a letra grega ϵ (épsilon) para a segunda. Isso, porém, não resolveria todos os problemas: o segmento que é grafado como *e* em posição átona final, na maioria dos dialetos brasileiros, não é pronunciado como *e*, mas sim como uma vogal de qualidade intermediária entre *e* e *i* (compare, por exemplo, bebê, bebe

e bebi). O alfabeto grego poderia aqui ser útil mais uma vez, fornecendo uma letra adicional, a *ι* (iota). Essa seria usada, além disso, em palavras tais como “mãe” e “pães”, em que a mesma vogal ocorre após a nasal.

A situação da letra *o* é análoga à da letra *e*. Como ela soa mais freqüentemente como a primeira vogal de “ovo”, conviria reservar aquela letra para esse segmento. A vogal correspondente em “ova” seria representada por um símbolo arbitrário, digamos, *ɔ*, que é semelhante a um *c* invertido. Finalmente, a vogal final de “ovo”, que é a mesma de *guaco* e *quando*, seria representada por *ω*, como foi sugerido acima.

Também as letras *u* e *i* mereceriam ser desdobradas em função da posição na palavra e do acento. A vogal final de *júri*, que é idêntica à de *jure*, seria grafada com *ι*, enquanto a de *siri* manteria o *i* comum. Analogamente, a vogal final de “Vênus”, que é a mesma de “vemos”, seria grafada com *ω*, enquanto a de “baú” manteria o *u* comum.

Agora que você já dispõe de símbolos para diferenciar certos segmentos cuja distinção a ortografia portuguesa ignora, convém examinar a outra face da questão, isto é, onde a ortografia usa símbolos distintos para representar o mesmo segmento. Para deixar claro que está usando os símbolos com o seu valor fonético e não ortográfico, você poderia adotar a prática de colocá-los entre colchetes.

De acordo com as convenções acima estabelecidas, o símbolo [s] substitui o *ç* em “la[s]o”, o *x* em “má[s]imo” e os dígrafos *ss*, *sc* e *xc* “pa[s]ar”, “de[s]er” e e[s]eto”, respectivamente. Por sua vez, o símbolo [z] substitui o *s* de “ca[z]a” e o *x* de “e[z]istir”.

O novo símbolo [f] elimina, a um tempo, o *x* e o *ch* do alfabeto. Tem-se, assim, [fa], a bebida, e [fa], monarca da Pérsia, indiferenciados como são na pronúncia. Analogamente, o símbolo [ʒ] elimina a necessidade do *j* e desambígua o uso do *g*. Unifica-se, assim, a grafia de “[ʒ]leito” e “[ʒ]lelo”.

Como ficou convencionalizado, o símbolo [g] é usado somente em palavras como “[g]alo”, “[g]rito” e “[g]elra”, eliminando a necessidade do dígrafo *gu*. O dígrafo *qu* também é abolido pela introdução do símbolo [k], que, além de substituí-lo em “[k]ero”, elimina a necessidade do *c* em “[k]aro”.

Finalmente, os símbolos vocálicos [ɪ], [ɛ] e [ω] substituem, respectivamente, *e/i*, *a* e *o/u* em contextos limitados. Eles designam vogais átonas que ocorrem preferencialmente após a sílaba tônica,

tal como em “bul[ɪ]”, “sal[ɛ]” e “gal[ω]” e vogais dos chamados ditongos, tais como em “a[ω]to” e “pe[ɪ]to”.

Embora esses símbolos constituam um grande passo na nossa tarefa de inventariar os segmentos do português, você ainda deve estar preocupado com alguns problemas pendentes. Por exemplo, é preciso fazer alguma coisa em relação à letra *h*, cujo uso na ortografia portuguesa é inteiramente arbitrário do ponto de vista fonético. Eliminá-la nos usos mudos de “hoje” e “hera” é bastante simples. O problema reside em como substituí-la nos dígrafos *lh* e *nh*. Afinal, cada um deles representa um único segmento, e o uso de um dígrafo poderia dar a impressão de uma seqüência. A solução é, pois, escolher dois símbolos arbitrários: digamos, [ʎ] para *lh* e [ɲ] para *nh*.

Resta, finalmente, o caso das vogais nasais, cuja representação ortográfica é extremamente confusa em português: comparem-se “samba”, “santa” e “sã”. Provavelmente você é tão influenciado pela ortografia que é capaz de “ouvir”, quase sempre, um *m* em “samba” e um *n* em “santa”, mas esses, quando existem, são extremamente breves. O mais comum é que as sílabas iniciais dessas palavras não difiram entre si: o que você ouve é uma vogal fortemente nasalizada e não uma seqüência de vogal mais consoante, como ouvirá decerto se pedir a um inglês ou americano nativo para pronunciar as palavras *ham*, “presunto”, e *pan*, “panela”. Conviria, portanto, generalizar o caso de “sã” e adotar a grafia “vogal acompanhada de til” para unificar os três casos acima.

É preciso, além disso, fazer alguns ajustes quanto ao símbolo vocálico, porque as vogais nasais não soam exatamente como as vogais orais correspondentes. Assim, a vogal de “sã” é mais próxima de [ɐ̃] do que de [a], o que nos leva a adotar o símbolo [ɛ̃]. Da mesma forma, as vogais de “quente” e “conto” são mais próximas, respectivamente, de [e] e [o] do que de [ɛ] e [ɔ], o que nos leva a adotar os símbolos [ē] e [ō]. Já em “cinto” e “rumba”, a qualidade das vogais nasais é suficientemente próxima de [i] e de [u] para que possamos adotar, respectivamente, os símbolos [ĩ] e [ũ].

O que você acabou de fazer foi reinventar uma boa parte do Alfabeto Fonético Internacional, um instrumento criado pela ASSOCIAÇÃO FONÉTICA INTERNACIONAL para unificar a prática da TRANSCRIÇÃO FONÉTICA, isto é, a arte de representar graficamente as distinções fonéticas audíveis numa língua. Dizemos “arte” porque a transcrição fonética não é tão objetiva quanto pode parecer à primeira vista. É claro que bons conhecimentos sobre os processos de produção e percepção da fala podem ser úteis na sua realização. O que eles não podem

fazer, entretanto, é substituir um bom ouvido e uma certa dose de bom-senso na escolha dos símbolos e do nível de detalhe a ser representado. Seria certamente ocioso perder-se em detalhes na transcrição de todo e qualquer segmento num estudo que enfocasse exclusivamente, por exemplo, a pronúncia do “erre” em português. Num caso assim, o bom-senso mandaria que prestássemos atenção ao próprio “erre” e a tudo que ocorre à sua volta, mas não certamente a [ʎ] ou [ɲ], que não coocorrem com [r] ou [R] em português.

A transcrição fonética é, antes de tudo, um meio que se deve ajustar a um fim. Não existem transcrições perfeitas, pois mesmo foneticistas treinados dotados de ouvido absoluto discordam, às vezes, sobre um mesmo estímulo. O que pode existir é uma transcrição cuidadosa e flexível, que não só evite símbolos incomuns para não sobrecarregar a leitura mas também permita a adição de detalhes na medida da necessidade. Isso ocorre porque o número de detalhes que se podem ouvir e, portanto, grafar é praticamente indeterminado. A fala é para o foneticista como a floresta para o índio: com atenção e perseverança, ele aprende a distinguir e identificar uma enorme gama de sons que para os outros não passam de vozes do silêncio.

Suponhamos agora que você tenha atingido um certo grau de familiaridade com as “vozes” da fala, isto é, tenha-se libertado da influência da ortografia e tenha conseguido fazer uma transcrição fonética sem grandes detalhes, mas fiel às distinções fonéticas detectadas pelo seu ouvido. Suponhamos, ainda, que você tenha transcrito dessa maneira um vasto material do português. O seu problema agora é como organizar o material de modo a responder à pergunta com que iniciamos este capítulo.

Se você der sorte, poderá encontrar um texto onde rapidamente se sucedam todos os segmentos que você convencionou distinguir em português. Com a repetição dos símbolos, você acabaria convencido de ter esgotado o seu levantamento. O texto que se segue, transcrito de uma conversa entre amigos, constituiria um bom exemplo. Vale assinalar que esta transcrição não é muito acurada, na medida em que preserva espaços ortográficos não correspondentes a pausas fonéticas (o que facilita a leitura) e omite quaisquer sinais referentes à ENTOAÇÃO.

Pedro: kwēdω v koutz akōtséω / Pedro: Quando a coisa aconteceu
/ èω erε garótω // tʃɹnε lε eu era garoto. Tinha lá pelos
pelωz meωs kwatrω ēnωs // meus quatro anos. Tava ainda
tavε ɹdε tēō verdʒɹnω // tão verdinho.

Paulo: ι dzɹpóz v zētʃt kriséω Paulo: E depois a gente cresceu
nakelt obskurētʃizmω // sō naquele obscurantismo. Só dava
dàvε kəpε dō mūdω / prε frētʃt Copa do Mundo, “pra frente
brazíω // v tskolε uma Brasil”. A escola uma xaropa...
faropáde //

Pedro: fazēnω propagēde dω Pedro: Fazendo propaganda do
Rezímɹ // fazēnω tudω pra Regime. Fazendo tudo pra em-
ɹbotá ω pēsamētω de zētʃt // botar o pensamento da gente.

Paulo: ε // maz oʎa / pēsamētω Paulo: É. Mas olha... Pensa-
ε igωaw v matε seRáde // mento é igual a mata cerrada:
//kwētω mats kōrte matz nást// quanto mais corta, mais nasce.

Nesse texto você encontra todos os segmentos que ocorrem em português no nível de detalhe escolhido para a transcrição (chamado “transcrição larga”, em oposição a “transcrição estreita”, que incluiria mais detalhes). São eles: p, b, f, v, t, d, tʃ, dʒ, s, z, ʃ, ʒ, m, n, ɲ, l, λ, r, R, a, ε, e, ɹ, i, u, ω, o, ɔ, v, ẽ, ē, õ, ã, û. Contando-os, você obterá uma resposta para a pergunta que motivou as suas investigações: 34.

Mas seria essa resposta realmente satisfatória? Ou, em outras palavras, existiria, de fato, uma maneira de inventariar (e contar) inequivocamente os segmentos do português?

Uma dúvida que você certamente terá é até que ponto esses resultados não são fabricados pelo nível de transcrição que você escolheu. Com uma transcrição larga, obtêm-se 34. Com uma transcrição estreita, fatalmente obter-se-iam mais, o que é profundamente inquietante para o seu espírito científico. Não haveria uma maneira — pensará você — de determinar esse número mais objetivamente?

Foi diante de impasses como esse que certos lingüistas e foneticistas do começo deste século inauguraram a Fonologia. Eles raciocinaram que, embora o número de segmentos que o falante/ouvinte pode distinguir seja muito grande, o número daqueles que a língua usa para diferenciar palavras é sempre consideravelmente menor e propuseram que é daí que deve partir a investigação lingüística dos sons da fala. Um exemplo do capítulo passado pode voltar a ser útil aqui. Como vimos, os segmentos [tʃ] e [dʒ] não se incluem entre os que podem distinguir palavras em português. Isso se deve ao fato de eles só ocorrerem antes de i, contexto em que [t] e [d] não ocorrem. Como existem em português muitas palavras em que [t] e [d] desem-

penham um papel distintivo (por exemplo: “tato” e “dato”, além de contrastarem entre si, contrastam com “pato”, “bato”, “cato”, “gato”, “chato”, “jato”, “mato”, “nato”, “lato” e “rato”), faz sentido considerá-los como unidades segmentais básicas da língua e entender [tʃ] e [dʒ], respectivamente, como suas variantes.

Se, ao enfrentar o problema acima, você teve a idéia de agrupar segmentos em torno de outros segmentos mais básicos que tenham um papel distintivo na língua, você acabou de reinventar uma das noções mais importantes da história da Linguística: o FONEMA. Isso não é surpresa porque as grandes descobertas científicas sempre se fazem muitas vezes: por exemplo, quase todos os grandes matemáticos reinventaram sozinhos a geometria euclidiana. Quanto ao fonema, sua história começa com a invenção do alfabeto — que se baseia num princípio fonêmico —, passando pela Grécia e a Índia antigas e vindo a eclodir de novo como a grande descoberta da Linguística deste século.

Há várias definições de fonema, umas mais centradas na contribuição do falante/ouvinte (por exemplo: a idéia do som), outras mais centradas na estruturação da língua (por exemplo: uma classe de sons que desempenham a mesma função). O que todas elas têm em comum é ver o fonema como uma abstração, uma entidade que se manifesta através de segmentos fonéticos mas não é necessariamente idêntica a eles. Assim, podemos dizer que em português /t/ e /d/ são fonemas que se realizam foneticamente como [t] ou [tʃ] e [d] ou [dʒ], respectivamente. O fato de convencionarmos representar o fonema por uma de suas variantes não significa que ela seja idêntica a ele, mas apenas que ela é a sua manifestação mais básica e representativa.

Por que você não tenta agora encarar a pergunta do início deste capítulo por um novo ângulo e respondê-la fazendo um levantamento dos fonemas do português? Afinal, você já dispõe de dois instrumentos necessários para isso: as técnicas de transcrição fonética e a noção de distintividade.

Para determinar se dois segmentos distinguíveis entre si são também distintos do ponto de vista da sua função no sistema linguístico, você pode substituir um pelo outro numa série de palavras da língua e verificar se a mudança implica alteração referencial da mensagem. Assim, dizer [tʃ] em lugar de [tʃi] não modifica a REFERÊNCIA da mensagem (isto é, podemos estar falando da mesma pessoa), de onde se conclui que [t] e [tʃ] não são distintos em português, embora sejam distinguíveis. Por outro lado, dizer “[f]aca” em lugar de “[v]aca”

modifica inteiramente a referência da mensagem (isto é, não podemos estar falando das mesmas coisas), de onde se conclui que [f] e [v], além de distinguíveis, são distintos em português.

Neste ponto você já deve ter encontrado vários atalhos para a tarefa de comparar pares de segmentos em português. Por exemplo, a lista considerada acima ao discutirmos o caso de /t/ e /d/ pode desdobrar-se em nada menos de 21 PARES MÍNIMOS, isto é, pares de palavras que diferem apenas em um segmento: Isto nos permite estabelecer contrastes entre doze segmentos: “[p]ato”, “[b]ato”, “[t]ato”, “[d]ato”, “[k]ato”, “[g]ato”, “[ʃ]ato”, “[ʒ]ato”, “[m]ato”, “[n]ato”, “[l]ato”, “[R]ato”. Como [f], [v], [s] e [z] estão ausentes dessa lista, você certamente já imaginou outra: por exemplo, “[f]ê-lo”, “[v]ê-lo”, “[s]elo”, “[z]elo”. Com isso, já alcançamos dezesseis segmentos distintos. Dentre as consoantes, restam agora apenas [ʎ], [ɲ] e [ɾ], uma vez que [tʃ] e [dʒ] já foram descartadas. Provavelmente, você já se adiantou em encontrar novos pares mínimos: por exemplo, “pu[ʎ]a”, “pu[ɾ]a”. Chegamos, portanto, a dezenove consoantes.

Ao examinarmos as vogais é necessário lembrar que elas variam muito em função do acento em português. Teria esse uma função distintiva? Ao que parece, sim, pois você pode lembrar de dezenas de contrastes: “sáb^aia”/“sábⁱa”/“sáb^ía”, “máquina”/“maquina”, “pá^ara”/“Pa^ará”, e assim por diante. Caberia, então, concluir que o acento é um fonema em nossa língua? Pelos critérios que adotamos até agora, sim, pois, tanto quanto os segmentos que acabamos de examinar, ele é responsável por distinções entre palavras de significados diferentes. Só que o acento não é um segmento, mas uma qualidade que se superpõe a certos segmentos. Isso, entretanto, não afeta a nossa decisão, pois é coerente com a idéia de que o fonema não é um som, mas uma entidade sonora abstrata manifestada através de certos sons.

Passemos agora a considerar as vogais. Em sílaba tônica, você encontrará logo uma série de contrastes: “s[á]co”, “s[é]co”, “s[ê]co”, “s[í]co”, “s[ó]co”, “s[ó]co”, “s[ú]co”. E ainda: “c[á]ta”/“c[ê]ta”; “s[é]da”/“s[ê]da”, “c[i]to”/“c[í]to”, “c[ó]to”/“c[ō]to”, “s[ú]ga”/“s[û]ga”. Com isso, você conta doze vogais.

Entretanto nem todas essas vogais diferem entre si da mesma forma. Como o acento, a nasalidade é uma qualidade que se superpõe à vogal sem modificar radicalmente o seu som original. Assim, [a] e [ã], [e] e [ẽ], [i] e [ĩ], [o] e [õ] e [u] e [ũ] soam muito próximos, exceto pela nasalidade. Para sermos consistentes com a nossa decisão acerca do acento, temos de considerar que a nasalidade é responsável pela distinção entre os pares acima, sendo, portanto, um fonema.

Isso importa numa substancial economia de fonemas, pois, em lugar de sete vogais orais e cinco vogais nasais, temos sete vogais orais e um fonema abstrato de nasalidade.

Resta ainda decidir se as vogais finais de “car[ɐ]”/“car[á]”, “viv[t]”/“viv[i]” e “bamb[ɔ]”/“bamb[ú]” são também distintas. Lembra-se de que você já concluiu que o acento tem uma função distintiva em português. Se considerar distintas todas aquelas vogais, você estará atribuindo a mesma função a mais de um fonema, pois os fonemas vocálicos adicionais que postular só ocorrerão em posição átona. É mais coerente permanecer considerando o acento distintivo e entender [t], [ɐ] e [ɔ] como realizações de /i/, /a/ e /u/ naquela posição, já que [i], [a] e [u] não ocorrem aí.

O português apresenta ainda um tipo de contraste que não conseguimos captar através da lista de fonemas acima. Trata-se de um fenômeno restrito às vogais [t] e [ɔ], que são as únicas que podem coocorrer com outra vogal numa sílaba em português: por exemplo, [kɔ̃dɔ], [dɔ̃sɔ] e [pɛ̃tɔ]. Já decidimos que tais vogais são, na realidade, variantes de /i/ e /u/, mas isso não explica contrastes tais como “vão” / “vou”, “does” / “dois”, onde os segmentos são os mesmos — isto é, [v], [o], [ɔ] e [d], [o], [t], [s] — mas diferem quanto ao seu agrupamento em sílabas. As vogais finais de “vão” e “does” constituem sílabas separadas, enquanto os de “vou” e “dois” formam um ditongo com a vogal precedente. A solução aqui, como no caso do acento e da nasalidade, é postular um fonema abstrato de silabicidade, que se superporia às vogais. Em outras palavras, uma vogal pode ser silábica, isto é, ocupar o centro da sílaba, ou assilábica, isto é, ocupar as suas margens. Na prática de transcrição, é costume usar-se o sinal diacrítico (isto é, diferencial) [·] para representar o caso menos comum, ou seja, a assilabicidade. Assim, os pares em estudo são transcritos foneticamente como vo[ɔ]/vo[ɔ̃] e “do[t]s”/“do[t̃]s”. Considerando que [t] e [ɔ] são variantes de /i/ e /u/, a sua TRANSCRIÇÃO FONÊMICA seria: /vou/ versus /voũ/ e /dois/ versus /dois̃/.

Chegando a este ponto, você já avançou quase meio século na história recente da Linguística. Grande parte do esforço dos lingüistas dos anos 30 e 40 consistiu em criar procedimentos para descobrir os fonemas de uma língua e estabelecer convenções para reduzi-la a uma escrita fonêmica. Você pode imaginar que esperança isso representou não só para os lingüistas interessados em investigar línguas desconhecidas como também para os professores de línguas e estudiosos das patologias da fala, que também necessitam de uma maneira econômica e objetiva de representar o sistema sonoro de uma língua.

Convertendo as suas transcrições fonéticas em transcrições fonêmicas (isto é, eliminando os detalhes fonéticos que não têm papel distintivo na língua), você vai chegar a uma nova resposta para a nossa pergunta inicial: 26 fonemas segmentais e 3 fonemas que, por se superporem a fonemas segmentais, serão chamados SUPRA-SEGMENTAIS. Vamos supor que o seu interlocutor tenha ficado satisfeito com essa resposta, mas construa em cima dela uma nova pergunta: “Quer dizer que basta eu conhecer esses fonemas para saber falar português?”

Você se apressará em responder que não. Mas a curiosidade do seu interlocutor não pára aí: ele quer saber por quê. Você responderá que é preciso também conhecer as relações entre sons e significados, ao que ele retrucará que é óbvio. Você replicará, triunfante, que é preciso, além disso, saber como os fonemas se combinam e se realizam foneticamente.

Indefectível, ele agora lhe pede que esmiúce o que quer dizer com isso. Você pára, pensa: o que você descobriu até agora não é suficiente para chegar a uma resposta satisfatória. Mas o que você lucrou com este capítulo é a certeza de que você, como qualquer falante inteligente do português, está apto a embarcar, armado(a) de intuição e raciocínio, na fascinante aventura de procurá-la.

Roteiro bibliográfico

Para uma discussão da noção de fonema e sua aplicação ao português, ver Câmara Jr. (1977). Seria interessante também familiarizar-se com o pensamento dos pioneiros no campo: Sapir (1921), Bloomfield (1933), Troubetzkoy (1939), Jakobson (1967).